



Número: **0021510-08.2018.8.17.2001**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **3ª Câmara Cível - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Itabira de Brito Filho**

Última distribuição : **28/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Processo referência: **0021510-08.2018.8.17.2001**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (REPRESENTANTE)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
JULYANA CALVALCANTE SANTOS (REPRESENTANTE)		ROSANO APOLINARIO DA SILVA (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (ASSISTENTE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12309702	11/08/2020 11:38	Acórdão	Acórdão



Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

3ª Câmara Cível - Recife

, 593, 3º andar, RECIFE - PE - CEP: 50010-230 - F:()

Processo nº 0021510-08.2018.8.17.2001

REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

REPRESENTANTE: JULYANA CALVALCANTE SANTOS

INTEIRO TEOR

Relator:

ITABIRA DE BRITO FILHO

Relatório:

ÓRGÃO JULGADOR:

COMARCA:

SEÇÃO ATÍPO:

PROCESSO Nº:

APELANTE(S):

CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A. APELADO(S):

JULYANA CALVALCANTE

SANTOSRELATOR:

BRITO FILHO

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
RECIFE – 32ª VARA CÍVEL –
APELAÇÃO CÍVEL

0021510-08.2018.8.17.2001

SEGURADORA LIDER DOS

CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A. APELADO(S):

JULYANA CALVALCANTE

Des. ITABIRA DE

RELATÓRIO:

Trata-se de Apelação Cível interposta por **Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.**, contra sentença prolatada pelo MM. Juízo de Direito da 32ª Vara Cível da Capital – Seção A, nos autos da **Ação de cobrança de seguro obrigatório**, sob o nº **0021510-08.2018.8.17.2001**. Em breve síntese, na peça inicial (ID 6767658) a apelada relata que foi vítima de acidente automobilístico e que, em razão do acidente, se encontra com **debilidade permanente**. Assim, pediu pela condenação da demandada ao pagamento da **complementação da indenização** do seguro obrigatório – DPVAT. Em seguida, na perícia judicial (ID 6767699), restou evidenciado que houve lesão na região corporal do **membro inferior esquerdo** (70%), de forma incompleta, na modalidade média (50%). A sentença questionada (ID 6767702), o magistrado de piso julgou o pedido **parcialmente procedente**, condenando a demandada ao pagamento de **R\$ 3.037,50** (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos) em favor da autora, atualizado

monetariamente pelo índice da tabela ENCOGE desde a data da lesão até o efetivo pagamento, acrescidos de juros de 1% a.m. a partir da citação. Além disso, condenou as partes a ratear as custas e honorários, devido a sucumbência recíproca, fixados no percentual de 10%, na proporção de 75% para o autor e 25% para o réu, observada a regra do Art. 98, §3º, do CPC. Inconformada com a decisão, a seguradora interpôs recurso de apelação cível (ID 6767708), requerendo que a sentença seja reformada em sua integralidade. Portanto, requer que seja dado **PROVIMENTO** ao apelo. Nas Contrarrazões (ID 6767714), a apelada pede que seja mantida a sentença, sendo negado o provimento ao recurso. **E o relatório. Inclua-se em pauta para julgamento.** Recife, **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**- Relator –

Voto vencedor:

ÓRGÃO JULGADOR:

COMARCA:

SEÇÃO ATÍPO:

PROCESSO Nº:

APELANTE(S):

CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A. APELADO(S):

JULYANA CALVALCANTE

SANTOSRELATOR:

BRITO FILHO

**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
RECIFE – 32ª VARA CÍVEL –**

APELAÇÃO CÍVEL

0021510-08.2018.8.17.2001

SEGURADORA LÍDER DOS

Des. ITABIRA DE

VOTO:

Inicialmente, concluiu esta Relatoria que estão presentes todos os pressupostos legais de admissibilidade do presente recurso, pelo o que passo à análise do mérito. O cerne da questão recursal, em suma, se debruça na alegação de que **não** foi observado o **devido processo legal**, uma vez que não teriam sido levados em consideração os princípios da ampla defesa e do contraditório e na **ausência do nexo de causalidade** entre o sinistro e a lesão. **Assim, no que se refere a alegação de que não foi observado o devido processo legal, concluiu esta Relatoria que os argumentos trazidos no presente recurso merecem prosperar, pelas razões a seguir expostas.** Isso porque, para que seja assegurado o devido processo legal, faz-se necessário que toda prova seja elaborada tendo como base no princípio do contraditório e da ampla defesa. Dessa forma, caracteriza-se cerceamento de defesa a ausência de intimação das partes para manifestação sobre o laudo pericial. Assim, conforme os autos, as partes não tiveram oportunidade para se pronunciar, para sanar alguma dúvida ou impugnar total ou parcialmente o laudo pericial. Isso pode ser evidenciado de acordo com o artigo 477 do Código de Processo Civil: “Art. 477. O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento. § 1º **As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias,** podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo

parecer. § 2º O perito do juízo tem o dever de, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer ponto: I - sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer das partes, do juiz ou do órgão do Ministério Público; II - divergente apresentado no parecer do assistente técnico da parte.” Em sintonia com isso, entendimentos jurisprudenciais confirmam esse posicionamento, tais quais: “APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DAS PARTES PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE O LAUDO PERICIAL - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - SENTENÇA CASSADA.

- A prolação de sentença imediatamente após a juntada do laudo pericial, sem que seja oportunizado às partes a manifestação sobre a perícia produzida, configura evidente cerceamento de defesa, impondo-se a cassação da sentença. (TJMG -

Apelação Cível 1.0000.19.134761-6/001, Relator(a): Des.(a) Valdeiz Leite Machado, 14ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 23/01/2020, publicação da súmula em 23/01/2020)”

“PROCESSO CIVIL – SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT) – AÇÃO DE COBRANÇA – INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – CERCEAMENTO DE DEFESA – OCORRÊNCIA – Ausência de intimação das partes para se manifestarem acerca do laudo pericial elaborado – Violação de garantias constitucionais – Contraditório e ampla defesa (artigo 5º, inciso LV, da CF/88) – A prova pericial deve ser ampla e proporcionar às partes oportunidade para a obtenção de esclarecimentos do perito nomeado (art. 477, § 2º, do CPC/2015) acerca do ponto sobre o qual exista divergência ou dúvida – O encerramento sumário da prova pericial, sem que se tenha concedido a oportunidade para que a requerida se manifestasse a respeito da prova, na qual se baseou a r. sentença, configura evidente cerceamento de defesa – Sentença anulada – Recurso provido.

(TJSP; Apelação Cível 1005066-90.2014.8.26.0506; Relator (a): Carlos von Adamek; Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Foro de Ribeirão Preto - 10ª Vara Cível; Data do Julgamento: 25/05/2017; Data de Registro: 25/05/2017)”

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA PARTE RÉ PARA SE PRONUNCIAR SOBRE PERÍCIA. ACOLHIMENTO. 1. Os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa asseguram às partes a ciência de todos os atos processuais, oportunizando, inclusive, a apresentação de impugnações. 2. A ausência de intimação da demandante acerca do seu conteúdo do laudo pericial acarreta indubitavelmente cerceamento do seu direito de defesa. (Apelação 480777-80091827-56.2014.8.17.0001, Rel. José Fernandes de Lemos, 5ª Câmara Cível, julgado em 17/10/2018, DJe 29/10/2018)” Portanto, concluiu esta Relatoria que o julgamento do mérito da demanda, sem a intimação das partes, principalmente no que se refere a parte que sucumbiu, para manifestação sobre a prova pericial, acarreta nulidade insanável do feito, por cerceamento de

defesa. Assim, o acolhimento da preliminar de cerceamento de defesa, é medida que se impõe, anulando a sentença proferida, remetendo os autos de volta ao juízo de primeiro grau para o devido tramite legal, a fim de que seja aberto prazo as partes para manifestação acerca do laudo pericial. Por toda fundamentação acima, que tomo como razões para decidir, **CONHEÇO** o recurso interposto por Seguradora líder dos consórcios de seguro DPVAT S.A. e **VOTO** por **DAR PROVIMENTO** ao apelo, para anular a sentença de piso, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para que se proceda a intimação das partes acerca do laudo pericial, seguindo o feito o trâmite normal. **E o meu voto.** Recife, **ITABIRA DE BRITO FILHO**- Relator –

Demais votos:

Ementa:



Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

Gabinete do Des. Itabira de Brito Filho, 593, 3º andar, RECIFE - PE - CEP: 50010-230 - F: (81) 3181-1000

JULGADOR: **TERCEIRA CAMARA**
CIVELCOMARCA: **RECIFE – 32ª VARA**
CIVEL – SEÇÃO ATIPO: **APELAÇÃO**
CIVELPROCESSO Nº: **0021510-**
08.2018.8.17.2001APELANTE(S):
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO
DPVAT S.A. APELADO(S): **JULYANA**
CALVALCANTE SANTOSRELATOR: **Des.**
ITABIRA DE BRITO FILHO

EMENTA:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO. DPVAT. JUNTADA DE LAUDO PERICIAL. INTIMAÇÃO DE AMBAS AS PARTES. AUSENCIA. ART 477 DO CPC. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO.1. Trata-se de Apelação interposta pelo réu em face de sentença que julgou o pedido autoral parcialmente procedente;2. Julgamento do mérito, sem a devida intimação das partes para manifestação a respeito do laudo pericial;3. Hipótese de cerceamento de defesa, ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa;4. O Art. 477 do CPC exige expressamente a intimação das partes para, se desejando, se manifestar acerca do laudo pericial;5. A sentença proferida pelo juízo *a quo* deve ser anulada e determinado o retorno dos autos ao juízo de origem para que se proceda a intimação das partes acerca do laudo pericial, seguindo o feito o trâmite normal;6. Recurso de apelação conhecido e provido. **ACORDAO Vistos, relatados e discutidos a presente Apelação Cível, tombada sob o nº0021510-08.2018.8.17.2001, em que figura como parte Apelante **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE****

SEGURO DPVAT S.A., ACORDAM os Desembargadores desta Terceira Câmara Cível, à unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO AO APELO, para anular a sentença de piso, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para que se proceda a intimação das partes acerca do laudo pericial, seguindo o feito o trâmite normal, em conformidade com o Termo de Julgamento e voto do Relator, que revisto e rubricado, passa a integrar o julgado. Recife, ITABIRA DE BRITO FILHO- Relator –

Proclamação da decisão:

À unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria

Magistrados: [BARTOLOMEU BUENO DE FREITAS MORAIS, FRANCISCO EDUARDO GONCALVES SERTORIO CANTO, ITABIRA DE BRITO FILHO]

RECIFE, 11 de agosto de 2020

Magistrado